

**UEA**  
UNIVERSIDADE  
DO ESTADO DO  
AMAZONAS



**ESCOLA DE  
DIREITO**  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS



**EQUIDADE:**  
**REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO DA**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS**

UEA  
EDIÇÕES

editora  
UEA

## GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

Wilson Lima  
**Governador**

### UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

Prof. Dr. André Luiz Nunes Zogahib  
**Reitor**

Profa. Dra. Kátia do Nascimento Couceiro  
**Vice-Reitor**

Prof. Dr. Fábio Carmo Plácido Santos  
**Pró-Reitor de Ensino de Graduação**

Prof. Dr. Monica Dias de Araújo  
**Pró-Reitora de interiorização**

Profa. Dr. Roberto Sanches Mubarak Sobrinho  
**Pró-Reitor de pesquisa e pós-graduação**

Profa. Dra. Samantha Coelho Pinheiro  
**Pró-Reitora de Planejamento**

Prof. Dr. Valber Barbosa Martins  
**Pró-Reitor de Extensão e Assuntos  
Comunitários**

Prof. Dr. Nilson José de Oliveira Junior  
**Pró-Reitor de Administração**

Profa. Dra. Isolda Prado  
**Diretora da Editora UEA**

Profa. Dra. Glaucia Maria de Araújo Ribeiro  
**Coordenação do Programa de  
Pós-Graduação *Stricto sensu* em Direito  
Ambiental**

## EQUIDADE:

### Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas

Prof. Dr. Ricardo Tavares de Albuquerque, UEA  
**Coordenação do curso de Direito**

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA  
Profª. Dra. Patrícia Fortes Attademo Ferreira -UEA  
Prof. Dr. Ricardo Tavares, UEA  
**Editores Chefe**

Profª. Msc. Monique de Souza Arruda  
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto  
Esp. Alcemir Filomeno Pinto, UEA  
Msc. Edinaldo Inocêncio Ferreira Junior, UEA  
Esp. Glenda Martins Monteconrado, UEA  
Esp. Maíza Thayná Pereira Ribeiro, UEA  
Esp. Renato Gomes de Sá Leitão, UEA  
Esp. Sheila N. de Paula e Silva Oliveira, UEA  
Bruna Maria da Silva Mota, UEA

#### **Editores Assistentes**

Prof. Dr. Celso Antonio Pacheco Fiorillo, PUCSP  
Profª. Dr. Danielle de Ouro Mamed, UFMS  
Prof. Dr. Antonio Carlos Morato, USP  
Profª. Dra. Tereza Cristina S. B. Thibau, UFMG  
Prof. Dr. Sandro Nahmias Melo, UEA  
Prof. Dr. Cássio André Borges dos Santos, UEA

#### **Conselho Editorial**

Profª. Dr. Lidiane Nascimento Leão, UFOPA  
Prof. Msc. Assis da Costa Oliveira, UFPA  
Prof. Dr. Nirson da Silva Medeiros Neto, UFOPA  
Profª Ma. Roberta Priscila de Araújo Lima, UEA  
Esp. Alcemir Filomeno Pinto, UEA  
Msc. Edinaldo Inocêncio Ferreira Junior, UEA  
Esp. Glenda Martins Monteconrado, UEA  
Esp. Maíza Thayná Pereira Ribeiro, UEA  
Esp. Renato Gomes de Sá Leitão, UEA  
Esp. Sheila N. de Paula e Silva Oliveira, UEA  
Bruna Maria da Silva Mota, UEA

#### **Comitê Científico**

Prof. Dr. Daniel Gaio - UFMG/MG  
Prof. Dr. Paulo Victor Vieira da Rocha, UEA  
Prof. Dr. Alcian Pereira de Souza, UEA  
Prof. Dr. Erivaldo Cavalcanti e Silva Filho, UEA  
Profa. Msc. Monique de Souza Arruda  
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto, UEA  
Profa. Dra. Adriana Almeida Lima, UEA  
Prof. Dr. Ygor Felipe Távora da Silva, UEA  
Prof. Dr. Neuton Alves de Lim, UEA

**Avaliadores**

Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto, UEA

**Primeira Revisão**

Prof. Pós- Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA

**Revisão Final**

# Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

## Artigo Científico



### Seminário de Legislação especial aplicada a grupos vulneráveis

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar  
Profa. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina  
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima  
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga  
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

#### **Organizadores**

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar  
Profa. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina  
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima  
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga  
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

#### **Comissão científica do evento**

Antonio José Cacheado Loureiro  
Camila Jatahy Araujo  
Cristiane da Silva Pereira Medeiros  
Raphael Nogueira Holanda Gouveia  
Daniel Rabelo de Melo  
David Henrique Lisboa Santiago  
Bruno Jordano da Silva Brito  
Eurico Dias Teixeira Neto  
Evelton Cezar Bitencourt  
Fernanda da Silva Pereira  
Giêr Monteiro Memoria  
Hélio dos Santos Júnior  
Juvenal Cavalcante Portela  
Paulo José Barbosa Martins de Abreu  
Giêr Monteiro Memória  
Henrique Raimundo do Nascimento  
Fortaleza

Italo Jeffersson Fernandes Pacheco  
Jarneson Barbosa Ferreira Batista  
João da Silva Padilha  
João Paulo Ribeiro da Silva  
Johnattan Martins Pinheiro  
José Adelson da Silva Miranda  
Leandro Santos Gomes  
Lincon de Oliveira Bernarde  
Edigley Oliveira da Silva  
Marcello Phillippe Aguiar Martins  
Marcelo Travessa Guedes  
Paulo José Barbosa Martins de Abreu  
Paulo José Barbosa Martins de Abreu  
Tulio Diego De Almeida Monteiro  
Victor Dias Noé Araújo

#### **Comissão de revisores**

# **Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis**

## **Artigo Científico**



### **Seminário de Legislação especial aplicada a grupos vulneráveis**

Adriel da Silva Santos  
Aghata Gonçalves do Amaral Melo  
Amanda leitão da Silva  
Ana Belle Barcelos Faria  
André Guilherme Oliveira Gentil  
André Marques Araújo  
Andrews Martins Siqueira  
Bruna Maria da Silva Mota  
Clodoaldo Matias da Silva  
Denison Melo de Aguiar  
Edinaldo Inocência Ferreira Junior  
Elias Emanuel Lima de Melo  
Elizabeth Ellen Santos Rocha  
Emilly Victória Batista dos Santos  
Ernesto Santos Coelho  
Felipe Matheus de Assis Saraiva  
Gabriel Imay Diaz  
Giovanna Costa Novo Moreira  
Gisele de Almeida Nascimento  
Glenda Martins Monteconrado  
Heitor Lucas Rodrigues Pontes  
Inocência Ferreira Junior

João Gabriel de Souza Monteiro  
Katy Anne da Silva Ferreira  
Layse Oliveira de Castro  
Luana Caroline Nascimento Damasceno  
Lucas Emanuel Bastos Polari  
Luciana Lima Conceição  
Marcelo Damasceno Rodrigues  
Maria Beatriz Carvalho de Alencar  
Maria Clara Santana Barros de Oliveira  
Paula Carolina Lobato da Cunha  
Raissa Lima do Nascimento  
Rian Carlos de Moraes Pereira  
Rogério Ribeiro da Costa Sheila  
Nascimento de Paula e Silva Oliveira  
Suzy Oliveira de Araújo  
Viviane dos Santos Farias  
Yasmim Ferreira Derzi  
Sheila Nascimento de Paula e Silva  
Oliveira  
Suzy Oliveira de Araújo  
Viviane dos Santos Farias  
Yasmim Ferreira Derzi

### **Comissão Organizadora**

# Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

## Artigo Científico



### Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar  
Profª. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina  
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima  
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga  
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

#### **Organizadores**

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar  
Profª. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina  
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima  
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga  
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

#### **Comissão científica do evento**

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar  
Bruna Maria da Silva Mota  
Prof. MSc. Helder Brandão Góes

#### **Formatação**

Prof. MSc. Helder Brandão Góes

#### **Primeira revisão**

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar  
Profª. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina  
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima  
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga  
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes  
Prof. MSc. Helder Brandão Góes

#### **Revisão final**

## Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis Artigo Científico

Os artigos publicados, bem como as opiniões neles emitidas são de inteira responsabilidade de seus autores.

### Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade do Amazonas

R454

AGUIAR, Denison Melo de Aguiar; MEDINA, Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha; LIMA, Neuton Alves de; BRAGA, Mauro Augusto Ponce de Leão; PASCARELLI LOPES, Flávio Humberto. Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis. **Equidade**: Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas. Vol. 1. Nº 1. (2026). Manaus: Curso de Direito, 2026.

Anais

1. Direito – Periódicos. 2. Direitos Fundamentais – Periódicos.

Título.

CDU 349.6

# **Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis**

## **Artigo Científico**

### **APRESENTAÇÃO**

Este é os Anais do Seminário de Legislação Aplicada a Grupos Vulneráveis, realizado no âmbito da disciplina homônima, ministrada aos alunos do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado do Amazonas. Este seminário representa um marco na formação jurídica, ética e cidadã dos futuros oficiais, ao propor uma abordagem crítica e interdisciplinar sobre os desafios enfrentados por populações vulnerabilizadas no contexto amazônico e brasileiro.

A ementa da disciplina foi concebida com o propósito de ampliar a compreensão dos discentes sobre os múltiplos fatores que produzem e reproduzem vulnerabilidades sociais, políticas e institucionais. Partiu-se da premissa de que o policial militar, enquanto agente do Estado e promotor de direitos, deve estar capacitado não apenas para intervir em situações de conflito, mas também para reconhecer e respeitar as especificidades culturais, identitárias e históricas dos grupos com os quais interage. Assim, temas como interseccionalidade, teoria da alteridade, sexualidade humana, racismo estrutural, violência doméstica, abuso de autoridade, entre outros, foram tratados com profundidade e sensibilidade ao longo do curso.

Os manuscritos que compõem estes Anais são frutos de um processo pedagógico que valoriza a pesquisa aplicada, a escuta ativa e o compromisso com a transformação social. Os alunos foram desafiados a investigar, refletir e propor soluções jurídicas e operacionais para questões que envolvem populações indígenas, ribeirinhas, negras, LGBTQIAPN+, idosos e os próprios policiais militares — estes últimos frequentemente invisibilizados como sujeitos de direitos dentro das estruturas institucionais. Os textos revelam não apenas domínio técnico, mas também empatia, senso crítico e abertura ao diálogo, qualidades indispensáveis à atuação policial em uma sociedade plural e democrática.

A escolha das populações abordadas nos trabalhos reflete a realidade amazônica e a complexidade das relações sociais que se estabelecem no território. A presença de povos originários e comunidades tradicionais exige do policial uma postura de respeito à diversidade cultural e aos direitos coletivos. A população negra, historicamente marcada pela exclusão e pela violência institucional, demanda ações afirmativas e práticas antirracistas. A comunidade LGBTQIAPN+ enfrenta barreiras estruturais e simbólicas

## **Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis**

### **Artigo Científico**

que exigem do agente público uma atuação pautada na dignidade e na equidade. Os idosos, por sua vez, são frequentemente vítimas de negligência e violência, o que requer atenção especializada e políticas de proteção. E os próprios policiais militares, sujeitos a pressões psicológicas, riscos físicos e estigmas sociais, precisam ser reconhecidos como parte da equação da vulnerabilidade.

Os Anais aqui apresentados são, portanto, mais do que um registro acadêmico: são testemunhos de um processo formativo comprometido com a justiça social, com os direitos humanos e com a construção de uma segurança pública que respeite e valorize a vida em todas as suas expressões. Que este material possa inspirar novas práticas, pesquisas e políticas voltadas à promoção de direitos e à redução das desigualdades.

Agradecemos aos alunos pela dedicação e coragem intelectual, à Academia de Polícia Militar do Amazonas pelo apoio institucional, à Universidade do Estado do Amazonas do e à sociedade amazonense, que nos desafia diariamente a pensar e agir com responsabilidade e humanidade.

Boa leitura.

Manaus, 01 de fevereiro de 2026.

Os Organizadores,

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar  
Profa. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina  
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima  
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga  
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

**Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis**  
**Artigo Científico**

**A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PREVENÇÃO NAS AÇÕES DE  
 POLICIAMENTO OSTENSIVO AMBIENTAL DA POLÍCIA MILITAR DO  
 AMAZONAS**

*THE APPLICATION OF THE PREVENTION PRINCIPLE IN ENVIRONMENTAL  
 OSTENSIVE POLICING ACTIONS OF THE MILITARY POLICE OF AMAZONAS*

**Anderson de Souza Magalhães<sup>1</sup>**  
**Allan Rodrigues de Freitas<sup>2</sup>**  
**Denison Melo de Aguiar<sup>3</sup>**  
**Neuton Alves de Lima<sup>4</sup>**  
**Flávio Humberto Pascarelli Lopes<sup>5</sup>**

## 1. INTRODUÇÃO

O princípio da prevenção ocupa posição central no arcabouço jurídico ambiental brasileiro. Conforme explica Leme Machado (2016), trata-se da obrigação de o Estado e os particulares adotarem medidas que evitem a degradação ambiental antes que ela ocorra, estabelecido pela Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) e incorporado a diversas normas internacionais, orienta a necessidade de tomar essas

---

<sup>1</sup> Universidade do Estado do Amazonas - UEA. Bacharelado em Segurança Pública e do Cidadão. Cadete da Polícia Militar do Amazonas. Bacharel em Engenharia Florestal pela Universidade do Estado do Amazonas. Pós graduado em Segurança Pública pela Faculdade Focus. E-mail: [anderson.tabs7fe@gmail.com](mailto:anderson.tabs7fe@gmail.com) Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6855735425525534>

<sup>2</sup> Universidade do Estado do Amazonas - UEA. Bacharelado em Segurança Pública e do Cidadão. Cadete da Polícia Militar do Amazonas. Bacharel em Direito pela Centro Universitário Estacio de Sá de Sergipe. E-mail: [allanfreitas2012@hotmail.com](mailto:allanfreitas2012@hotmail.com) Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0952728692451187>

<sup>3</sup> Pós-Doutor UniSalento (Itália-2024), Doutor em Direito. Doutor em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGD/ UFMG). Mestre em Direito Ambiental pelo Programa de Pós- Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas (PPGDA/ UEA). Advogado. Graduado em Direito pela Universidade da Amazônia (UNAMA/PA). Professor de ensino superior do curso de Direito da UEA. Professor da Academia de Polícia Militar do Amazonas (APM-PMAM). Professor de ensino superior do Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (CIESA). Coordenador da Clínica de Mecanismos de soluções de Conflitos (MArbiC/UEA). Coordenador da Clínica de Direito e Cidadania LGBTI (CLGBTI/UEA). Coordenador da Clínica de Direito dos Animais (YINUAKA-UEA). Editor-chefe da Revista Equidade. Integrante do Grupo de pesquisa Desafios do Acesso aos Direitos Humanos no Contexto Amazônico da Escola Superior da magistratura do Amazonas (ESMAM). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, cidadania e Direitos Humanos (PPGSP/UEA). Contato: [denisonaguiarx@gmail.com](mailto:denisonaguiarx@gmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9956374214863816>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5903-4203>

<sup>4</sup> Professor da Escola de Direito da UEA e dos Programa de Mestrado em Direito Ambiental e em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos. Doutor em Direito pela UFMG. Mestre em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pela UEA. Coordenador da Clínica de Estudos Constitucionais - CEC/UEA. Contato: [nalima@uea.edu.br](mailto:nalima@uea.edu.br).

<sup>5</sup> Pós-Doutor em Direito pela UniSalento. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Amazonas. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza. Diretor da Escola Superior da Magistratura do Amazonas. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Contato: [fpascarellilopes@icloud.com](mailto:fpascarellilopes@icloud.com)

## **Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis**

### **Artigo Científico**

medidas para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente (MOTA; OLIVEIRA; LIMA, 2022). No contexto amazônico, onde os ecossistemas são particularmente sensíveis, a aplicação deste princípio assume caráter emergencial e estratégico.

A complexidade do bioma amazônico e as pressões provocadas pelo desmatamento, queimadas, pesca predatória e outros ilícitos ambientais impõem que o policiamento ambiental adote uma postura ativa, preventiva e educativa.

A Polícia Militar do Amazonas (PMAM), embora não detenha competência administrativa de fiscalização ambiental, desempenha papel essencial de policiamento ostensivo ambiental, que tem caráter preventivo e educativo. Segundo Farias e Aguiar (2020), a prevenção é uma “função ampliada da segurança pública” e deve estar presente em todas as ações estatais que visem a evitar o dano e garantir a sustentabilidade dos recursos naturais. Assim, o princípio da prevenção, quando incorporado à lógica da segurança pública, reforça o papel da PMAM na defesa da ordem ecológica.

Estudos acadêmicos da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) reforçam a relevância da aplicação sistemática dessa abordagem, promovendo a proteção dos recursos naturais e garantir o cumprimento das normas ambientais (FALCÃO, 2023; CAMPOS, 2022).

## **2. JUSTIFICATIVA**

A relevância acadêmica deste trabalho está na integração entre os campos do Direito Ambiental e da Segurança Pública, promovendo uma reflexão interdisciplinar sobre o papel das polícias na governança ambiental amazônica. A relevância científica decorre da necessidade de compreender as conexões entre o policiamento preventivo e os instrumentos jurídicos de proteção ambiental, especialmente em um bioma de escala planetária como a Amazônia (PHILIPPI JÚNIOR; PELICIONI, 2005).

Do ponto de vista social, o estudo justifica-se pela urgência de consolidar práticas policiais que considerem o equilíbrio ecológico como elemento da paz social. Em regiões ribeirinhas e fronteiriças, a presença da PMAM tem função dissuasiva e educativa, contribuindo para a prevenção de delitos como o desmatamento, o garimpo ilegal e o tráfico de fauna.

## **3. OBJETIVOS**

## **Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis**

### **Artigo Científico**

#### **3.1 OBJETIVO GERAL**

Compreender de que forma o princípio da prevenção pode ser aplicado às ações de Policiamento Ostensivo Ambiental desenvolvidas pela Polícia Militar do Amazonas.

#### **3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Analisar o fundamento jurídico e doutrinário do princípio da prevenção no Direito Ambiental brasileiro;
- Identificar como a PMAM aplica ações preventivas no contexto ambiental amazônico;
- Relacionar o princípio da prevenção com a função social e ecológica do policiamento ostensivo.

#### **3. PROBLEMA E HIPÓTESE**

O problema central deste trabalho reside na necessidade de compreender como o princípio da prevenção, previsto na legislação ambiental brasileira, é efetivamente aplicado nas ações de Policiamento Ostensivo Ambiental da Polícia Militar do Amazonas (PMAM). Apesar do reconhecimento jurídico e da relevância teórica do princípio da prevenção, ainda há lacunas na forma como essa diretriz se traduz na prática operacional da PMAM diante dos desafios específicos da Amazônia, como a extensão territorial, a diversidade das ameaças ambientais e limitações institucionais. De que maneira a atuação preventiva da Polícia Militar do Amazonas contribui para a efetividade do princípio da prevenção no âmbito do Direito Ambiental?

A hipótese que orienta esta pesquisa é que a aplicação do princípio da prevenção, quando devidamente fundamentada e operacionalizada pela Polícia Militar do Amazonas, potencializa o impacto positivo das ações de policiamento ostensivo ambiental, promovendo não apenas o cumprimento das normas ambientais, mas fortalecendo a proteção integral da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável da região. Acredita-se que, com o aprimoramento do entendimento doutrinário e jurídico desse princípio e sua tradução em práticas preventivas eficazes, a PMAM pode cumprir sua função social e ecológica de maneira mais integrada, eficiente e contínua, contribuindo decisivamente para a redução dos crimes ambientais e para a preservação do patrimônio natural amazônico. A incorporação do princípio da prevenção na rotina operacional e formativa

## **Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis**

### **Artigo Científico**

da PMAM fortalece a segurança ambiental, reduz a incidência de ilícitos ecológicos e promove a conscientização social sobre a sustentabilidade na Amazônia.

#### **4. METODOLOGIA**

A pesquisa é de natureza qualitativa e bibliográfica, baseada na análise de livros, artigos científicos e documentos institucionais. A abordagem segue o método dedutivo, partindo dos fundamentos jurídicos do princípio da prevenção para aplicá-los ao contexto específico da PMAM. Foram consultadas produções da Revista de Direito Ambiental da UFAM (2023), artigos disponíveis na base da UEA/Equidade – Revista Eletrônica de Direito, e textos clássicos do Direito Ambiental. A análise dos dados seguiu o modelo de análise de conteúdo, conforme Bardin (2016), buscando identificar categorias temáticas de interseção entre prevenção, segurança e sustentabilidade.

#### **5. RESULTADOS**

O estudo revelou que o princípio da prevenção, ao ser incorporado na doutrina e na prática policial, amplia a compreensão da segurança pública como instrumento de proteção socioambiental. A PMAM, em suas operações de policiamento ostensivo fluvial e terrestre, atua na contenção de ilícitos ambientais, muitas vezes em cooperação com o IPAAM e o IBAMA, sem, contudo, exercer poder fiscalizatório.

Segundo Ribeiro (2022), “o princípio da prevenção constitui o sustentáculo do Direito Ambiental moderno, pois antecipa a responsabilidade do agente público frente ao risco ecológico”. Essa concepção pode ser estendida à esfera policial, onde a atuação antecipada e dissuasiva previne tanto o dano ambiental quanto o conflito social dele decorrente.

No contexto amazônico, pesquisas da UFAM (COSTA; OLIVEIRA, 2021) demonstram que a presença preventiva da PM nas comunidades ribeirinhas inibe práticas ilegais, fortalece a percepção de segurança e estimula comportamentos coletivos de preservação ambiental. Assim, a prevenção ambiental e a segurança pública se entrelaçam como dimensões complementares de uma mesma política de Estado.

O Comando de Policiamento Ambiental da PMAM executa patrulhamento terrestre, fluvial e aéreo, aliado a ações educativas continuadas em municípios com maior incidência de ilícitos ambientais. Em 2024, houve aumento significativo nas apreensões

## **Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis Artigo Científico**

de madeira ilegal e na repressão a queimadas criminosas, comprovando o impacto das estratégias preventivas implementadas (PMAM, 2024).

Pesquisas apontam que as campanhas integradas, com participação de comunidades locais e órgãos ambientais, potencializam o efeito preventivo, reduzindo conflitos e promovendo a colaboração popular (MOTA; OLIVEIRA; LIMA, 2022). Há também a importância da capacitação policial contínua e da adoção de tecnologias para o monitoramento ambiental em tempo real, garantindo ação rápida e eficiente contra ilícitos (CAMPOS, 2022; FALCÃO, 2023).

As ações preventivas do policiamento ambiental refletem a articulação entre a dimensão operacional da PMAM e o arcabouço teórico desenvolvido nas universidades locais, evidenciando uma simbiose entre conhecimento científico e prática policial.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A aplicação do princípio da prevenção nas ações da Polícia Militar do Amazonas (PMAM) é fundamental para assegurar a conservação dos delicados ecossistemas amazônicos, representando não apenas um avanço no combate aos crimes ambientais, mas um compromisso estratégico com a sustentabilidade regional a longo prazo. Esse princípio promove uma abordagem proativa que busca evitar danos ambientais antes que se manifestem, alinhando a atuação policial às práticas modernas de gestão ambiental e segurança pública.

A sinergia entre a pesquisa acadêmica produzida na Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e a atuação operacional da PMAM tem se mostrado decisiva para o fortalecimento das estratégias preventivas. O conhecimento científico aliado à experiência prática possibilita o desenvolvimento de técnicas, protocolos e metodologias cada vez mais eficazes para a proteção do patrimônio natural e a redução das ocorrências criminosas. Essa cooperação também favorece a atualização constante dos policiais ambientais, a promoção de ações educativas e a adaptação das operações diante dos desafios ecológicos e sociais específicos da região amazônica.

Diante desse cenário, recomenda-se o fortalecimento contínuo do diálogo institucional entre instituições acadêmicas e a PMAM, garantindo que a pesquisa sirva

## **Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis** **Artigo Científico**

como base para inovação nas práticas policiais e que as demandas operacionais direcionem os estudos científicos, promovendo uma troca produtiva de conhecimento. Além disso, o investimento continuado em tecnologia avançada, capacitação especializada dos policiais e educação ambiental comunitária é imperativo para ampliar a eficácia das medidas preventivas e garantir a proteção do meio ambiente em uma região tão vulnerável e estratégica.

O estudo confirma a hipótese de que o princípio da prevenção é não apenas compatível, mas essencial à lógica do policiamento ostensivo ambiental, especialmente em um estado com dimensões ecológicas, sociais e geográficas tão singulares como o Amazonas. Incorporar esse princípio nos currículos de formação policial, nos protocolos operacionais e nas campanhas de sensibilização ambiental é uma estratégia eficaz para consolidar uma cultura preventiva dentro da corporação, aprimorando a capacidade de resposta e a consciência ambiental dos profissionais. Essa integração fortalecerá o papel social e ecológico da Polícia Militar do Amazonas, contribuindo decisivamente para a manutenção dos recursos naturais e qualidade de vida das populações locais e do planeta.

### **REFERÊNCIAS**

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 4. ed. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 set. 1981.

CAMPOS, Jalil. **Plano Básico Ambiental: prevenção e manejo da fauna em Autazes/AM**. Universidade Federal do Amazonas, 2022. Disponível em: <[https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/6944/3/Dissertação\\_JalilCampos\\_PPGCASA.pdf](https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/6944/3/Dissertação_JalilCampos_PPGCASA.pdf)>. Acesso em: 19 out. 2025.

COSTA, João Vitor P.; OLIVEIRA, Maria L. A. A prevenção ambiental como dimensão da segurança pública na Amazônia. **Revista de Direito Ambiental da UFAM**, v. 8, n. 2, p. 45-67, 2021.

FALCÃO, Marileide Mota da Silva. **Ações de prevenção ambiental na Amazônia: perspectivas na atuação policial**. Universidade Federal do Amazonas, 2023. Disponível em: <[https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/8898/5/Dissertação\\_MarileideFalcao\\_PPGCTR\\_A.pdf](https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/8898/5/Dissertação_MarileideFalcao_PPGCTR_A.pdf)>. Acesso em: 19 out. 2025.

FARIAS, Guilherme da SILVA; AGUIAR, Denison Melo de. Violação ao princípio do mínimo existencial ecológico na inexistência de plano nacional de resíduos sólidos. **Revista do Instituto de Direito Constitucional e Cidadania**, v. 5, n. 1, p. 169-187,

**Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis**  
**Artigo Científico**

2020. Disponível em: <http://revistadoidcc.com.br/index.php/revista/article/view/72>. Acesso em: 19 out. 2025.

LEME MACHADO, Carlos Alberto. **Direito ambiental brasileiro: fundamentos e aplicações**. São Paulo: Editora Ambiental, 2016.

MILANI, Cláudia. Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas Ilegais do Amazonas (PPCDQ-AM). **Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas**, 2019.

MOTA, G. R.; OLIVEIRA, E. M.; LIMA, F. P. R. **Policimento ambiental e prevenção aos crimes ecológicos na Amazônia: desafios e perspectivas**. Universidade do Estado do Amazonas, 2022. Disponível em: <https://pos.uea.edu.br/data/area/titulado/download/149-5.pdf>. Acesso em: 19 out. 2025.

PHILIPPI JR., Arlindo; PELICIONI, Ana Elisa S. Fundamentos do Direito Ambiental. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2005.

POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS (PMAM). **Relatório Anual de Atividades do Comando de Policiamento Ambiental**, 2024. Disponível em: <https://pm.am.gov.br>. Acesso em: 19 out. 2025.

RIBEIRO, João Carlos. O princípio da prevenção no Direito Ambiental Brasileiro: fundamentos e aplicações. **Revista de Direito Ambiental da UFAM**, 2022.

**PALAVRAS-CHAVE:** Direito Ambiental; Princípio da Prevenção; Polícia Militar; Amazônia; Sustentabilidade.

**KEY WORDS:** Environmental Law; Prevention Principle; Military Police; Amazon; Sustainability.